

Centro de Direitos Econômicos e Sociais  
Rua dos Andradas, 943 / 202  
90020-005 - Porto Alegre/RS  
55+ 51 3225.9589  
cdes@cdes.org.br  
www.cdes.org.br  
blog.cdes.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Porto Alegre:

Moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, que enfrentam dificuldades com a construção da nova ponte do Guaíba, participam do projeto Minha Ilha Fotografia Eu.



Mariana:

O CDES visitou a região atingida pela lama da Samarco e produziu, junto ao Ministério Público de Minas Gerais, um documento que defende um processo de reassentamento participativo da comunidade de Bento Rodrigues.

**CDES encerra etapa de cadastramento no processo de regularização fundiária em Rio Grande/RS**

*POR CDES — DIREITOS HUMANOS*



O CDES Direitos Humanos está atuando na cidade do Rio Grande/RS juntamente com a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SMHARF) na execução do Programa Papel Passado no Município. Serão beneficiados os moradores dos bairros PROFILURB I e III, Barra Velha, Querência e Atlântico Sul. A iniciativa do Ministério das Cidades visa concretizar o sonho de muitos cidadãos rio-grandinos, que é o de ter o registro do seu imóvel. Somente nessa ação serão beneficiadas 3500 famílias. Aproximadamente 11% das 28 mil contempladas pelo programa em todo o país.

## Processo de regularização fundiária no município de Rio Grande/RS

Por CDES Direitos Humanos



O Centro de Direitos Econômicos e Sociais finalizou a etapa de cadastramento das famílias das comunidades que integram o projeto Papel Passado, em Rio Grande. Junto da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, o CDES visitou as residências e colheu informações dos moradores e dos imóveis.

Atualmente no Brasil para dar início a um processo de regularização fundiária existem dois caminhos: a regularização pode ser feita via Justiça, via Projeto Legal ou por meio de estratégias conjuntas entre municípios e cartórios. A lei que criou o programa “Minha Casa Minha Vida” trouxe consigo dispositivos a respeito da regularização fundiária. Um deles trata da questão administrativa junto aos cartórios, que permite ao prefeito da cidade e ao cartório local, conjuntamente, dar início à regularização, sem a necessidade do procedimento passar pelo judiciário. Isso garante mais celeridade

ao processo.

Com a proposta de garantir a regularização administrativa e jurídica da posse dos imóveis para o benefício dos moradores de assentamentos urbanos irregulares, criou-se o programa Papel Passado. A iniciativa é uma ação do Governo Federal, operada pela Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

A transferência de recursos federais permite a implementação de medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à regularização de edificações habitacionais residenciais e o parcelamento do solo urbano para a população de baixa renda.

Dentre quatro municípios selecionados para o programa do Governo Federal do Rio Grande do Sul está Rio Grande. A ação do Ministério das Cidades visa concretizar o sonho de muitos cidadãos rio-grandinos, que é o de ter o registro do seu imóvel. Somente no Município serão beneficiadas 3093 famílias. Aproximadamente 11% das 28 mil contempladas pelo programa em todo o país.

Desde o início do trabalho estão se realizando reuniões com os moradores dos bairros beneficiários – Profilurb I e II, Barra Velha, Atlântico Sul e Querência. Para cada bairro foram eleitos Comitês Gestores, que acompanharão todo o processo de regularização fundiária nas comunidades.

Os Comitês Gestores das Comunidades tem o objetivo de sugerir alternativas, apoiar a mobilização, multiplicar conteúdos e informações do processo de regularização fundiária, além de fazer a interlocução entre os técnicos, Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e a comunidade.

O processo de regularização fundiária desses bairros foi iniciado em junho de 2012. Contudo, por estar incompleto, a Secretaria de Habitação está realizando a finalização do mesmo.

Na ação de cadastramento, a equipe do CDES e a SMHARF visitaram as residências da localidade e colheram as informações gerais sobre os moradores, e ainda, os dados sobre os imóveis destes.

O processo de cadastro aconteceu dentre os meses de novembro e junho. “Foi realizada a complementação do cadastro dos cerca de 3.500 lotes dos bairros Barra Velha, Querência, Profilurb I e Profilurb II, com finalização desta etapa para junho de 2016”, afirmou a assistente social do CDES, Viviane Borges, que auxiliou na visitação às residências.

Durante este período, ainda, foi feito o decreto de Auto Demarcação Urbanística para



a regularização fundiária de interesse social dos bairros. O auto de demarcação é um processo necessário para que se possa dar início à regularização fundiária de um loteamento irregular – ele define a base imobiliária para o parcelamento do solo e demarca as áreas como prioritárias para regularização perante o cartório de registro de imóveis.

O prefeito Alexandre Lindenmeyer, em entrevista dada à Prefeitura de Rio Grande, ressalta que é uma grande satisfação poder realizar este ato: “Não se trata apenas de assinar um papel. Trata-se de um marco, um início para que possamos dar um passo extraordinariamente importante na regularização fundiária do Município. Saber que poderemos oportunizar, através desta política de habitação, o direito das pessoas terem suas moradias de papel passado, é uma conquista importante para todos nós, e principalmente para vocês”, destacou.

O secretário de Habitação, Gilmar Ávila, explicou que para que se chegasse ao momento da assinatura do decreto, a prefeitura antes acordou todos os trâmites junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Rio Grande. “Após a assinatura do Auto, este será encaminhado para o Cartório, informando a respectiva área demarcada pela equipe da Secretaria de Habitação. A etapa seguinte será o desmembramento dos lotes e a abertura para o registro da matrícula de cada morador”, detalhou o secretário.

“É ele que vai impulsionar tudo a partir de agora. Estamos aptos à regularização neste momento. Agradeço toda a colaboração da comunidade com o nosso trabalho e aproveito para dizer que ainda vamos precisar muito da cooperação de todos”, completou a arquiteta Karla Moroso.

O objetivo final do projeto Papel Passado é a titulação dos lotes dos bairros Barra Velha, Querência, Atlântico Sul, Profilurb I e Profilurb II, que beneficiará um total de 3.500 lotes.

A importância desse trabalho realizado pelo CDES Direitos Humanos em Rio Grande é que é um processo de regularização fundiária a partir dos quatro olhares principais, que são: o social – com a eleição de Comitês Gestores em cada bairro eleitos em Assembleias –, urbano – com a realização do projeto urbanístico de cada bairro juntamente com o Comitê Gestor eleito –, ambiental – com respeito às regras ao meio ambiente – e jurídico – com a construção conjunta com os envolvidos da forma jurídica pela qual vão ocupar o solo onde já moram.

## Informes



### Minha Ilha Fotografo Eu

O projeto fotográfico é feito com a comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros, que enfrenta dificuldades com a construção da nova ponte do Rio. O objetivo é fazer com que os próprios moradores fotografem o local, sua casa, seu cotidiano, a sua identidade e mostrem o quão deles é aquele lugar. Durante o mês de julho, estão sendo gravados os depoimentos dos participantes da oficina sobre cada foto tirada e o motivo de suas escolhas para aquele registro.



### CDES em Mariana/MG

No início do mês de junho o CDES visitou duas localidades atingidas pela tragédia causada pelo rompimento da barragem de fundão, operada pela Samarco/Vale/BHB, comunidade de Bento Rodrigues em Mariana e a cidade de Barra Longa. Após a visita, o CDES produziu um documento denominado “Por um reassentamento que respeite os direitos humanos: o caso dos atingidos pelo rompimento da barra as Samarco/Vale S.A e BHP na cidade de Mariana, MG”. Esse documento foi enviado ao CAODH – Centro de Apoio aos Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais. Além disso, o CDES está trabalhando num vídeo denúncia com os depoimentos coletados na visita.

O Informativo CDES—Direitos Humanos é produzido e editado pelo Centro de Direitos Econômicos e Sociais - CDES. O CDES é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos que tem por objetivo promover o respeito e a proteção dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em favor da coletividade, grupos sociais desfavorecidos e vulneráveis, minorias e das futuras gerações, defendendo que os direitos humanos são, além do que versam as normas internacionais: são processos sociais de luta pela dignidade humana.

Informativo CDES - Direitos Humanos: Ano II - Edição 03/Julho 2016

Coordenação: Cristiano Muller e Karla Moroso

Textos: Igor Sperotto e Nathália Lazzarin

Fotos: Nathália Lazzarin, Cristiano Muller e Secretaria de Habitação de Rio Grande

Apoio:  **FORDFOUNDATION**